3 Fundamento Teórico-Metodológico

3.1 A teoria funcionalista

Desde os primórdios das civilizações investiga-se a linguagem articulada, sua estrutura e seus usos. As proposições de gramáticas como a greco-latina e a do sânscrito comprovam que as investigações sobre a linguagem ocupavam um lugar de destaque, deixando entrever uma concepção de seu papel na comunicação.

Até mesmo se traçarmos suas origens em Aristóteles, encontramos:

Now spoken sounds [=words] are symbols of affections of the soul [=thoughts], and written marks are symbols of spoken sounds. And just as written marks are not the same for all men [=are language specific], neither are spoken sounds. But what these are in the first place signs of – affections of the soul – are the same for all [= are universal]; and what these affections are likenesses of – actual things – are also the same (*Apud Givón, 1995, p.3*).¹

Em 1886, Hermann Paul aponta a existência, na oração, de uma estrutura independente da sintaxe, definindo oração como o registro verbal de um fenômeno psicológico: “o símbolo de se terem associado na alma do que fala várias idéias ou grupos de idéias, e o meio para criar na alma do que ouve a referida associação de idéias (*Apud Ilari, 1992, p.12*).

Edward Sapir, em 1921, também define ‘língua’ como um sistema puramente humano e não instintivo de comunicar idéias, emoções e desejos através de um sistema de símbolos produzidos voluntariamente (*Apud Givón, 1995, p.1*).

¹ Esta como todas as citações aqui inseridas foram por mim traduzidas.

Agora sons falados [=palavras] são símbolos de afetos da alma [=pensamentos], e marcas escritas são símbolos de sons falados. E assim como as marcas escritas não são iguais para todos os homens [=são específicas à linguagem], também não o são os sons falados. Porém, aquilo de que eles são, em primeiro lugar, signos – afetos da alma – são iguais para todos [=são universais]; e o que esses afetos são semelhanças de – coisas reais – são também as mesmas.

Hence we have no recourse but to accept language as a fully formed functional system within man's psychic or "spiritual" constitution. We cannot define it as an entity in psycho-physical terms alone, however much the psycho-physical basis is essential to its functioning (Givón, 1995, p.1).²

Do exposto acima, pode-se concluir que os autores já revelavam um olhar para a língua como instrumento de comunicação e também que já começavam a desenvolver um conceito de frase³ em termos funcionais, ou seja, pensar a frase inserida na prática pragmática da interação social.

As bases para o desenvolvimento do funcionalismo em lingüística foram lançadas no Círculo Lingüístico de Praga. Essa escola marca profundamente a ciência lingüística nos primeiros anos do século XX. Foi criada em 1926 por lingüistas checos como V. Mathesius, B. Havránek, J. Moukarovsky, B. Trnka, J. Vachek, M. Weingart, assim como por lingüistas franceses como L. Bruo, L. Tesnière, J. Vendryes, E. Benveniste, A. Martinet, e os russos R. Jakobson e N.S. Troubestskoi.

Inspirados nos conceitos de Saussure, os integrantes da Escola de Praga concebiam a linguagem articulada como um sistema de comunicação, preocupavam-se com os seus usos e funções, ou seja, desejavam estudar a língua como um sistema, 'sistema funcional', rejeitando a dicotomia diacronia/sincronia e preconizando uma relação entre sistema e uso.

Em outras palavras, a visão funcional da Escola de Praga está na concepção de que a língua é ao mesmo tempo sistema e função e possui caráter de finalidade, ou seja, a intenção do falante é que fundamenta o discurso. Dessa forma, as frases são vistas como unidades comunicativas que veiculam informações ligadas à situação de fala. Surge, então, a necessidade de se incluir na descrição e explicação dos fenômenos lingüísticos o componente social, os aspectos do evento de fala.

Desde Praga, os diferentes funcionalistas vão conceber a língua como fenômeno primariamente social, com a função básica de servir à comunicação,

² Portanto, nada podemos fazer a não ser aceitar a linguagem como um sistema funcional completamente formado dentro da constituição psíquica ou "espiritual" do homem. Não podemos defini-la como uma entidade em termos psicofísicos apenas, por mais que a base psicofísica seja essencial para seu funcionamento.

³ Estamos chamando frase aos enunciados completos, ou seja, enunciados onde há pelo menos um verbo.

derivando daí a priorização do nível pragmático, a defesa de uma análise que leve em conta a interação entre sistema e uso.

Ao definir a língua como um “sistema de meios de expressão apropriados a um fim”, o Círculo manifesta a intenção de analisar a língua sincronicamente. As sistematizações da língua são estudadas não dentro de observações abstratas, mas na língua concreta, considerada através das suas manifestações concretas na comunicação. É, pois, na definição de língua assim apresentada que está a visão funcional da Escola de Praga.

Quase paralelamente à Escola de Praga, John Rupert Firth desenvolvia uma linha de investigação centrada na linguagem como ‘modo de ação social’. Estudava as ações sociais praticadas através da utilização da língua. Utilizando-se de princípios da Escola de Praga e de Firth, vários lingüistas desenvolveram estudos lingüísticos que, considerando a língua como um ato social, buscaram sistematizar a sua organização formal no nível da frase.

L. Tesnière desenvolve a teoria das ‘valências verbais’, postulando a centralidade do verbo. Para esse estudioso, o verbo é o elemento central, ou nó central, que estabelece as relações de dependência com os demais elementos da frase. Esses elementos que dependem do verbo são identificados como os ‘actantes’ – elementos exigidos pelo verbo para a complementação valencial no plano das realizações. É nesse sentido que se diz que o verbo é o termo regente, ou seja, ele rege as relações de dependência. Os actantes, por sua vez, apresentam valor sintático e semântico na estrutura verbal. A valência verbal é, então, a capacidade do verbo de prever espaços vazios – os seus argumentos. A estrutura semântica da frase resulta das relações semânticas entre o regente e os regidos (Brito, 1991, p.39; Neves, 2002, p.104).

C. Fillmore propõe a *Gramática de Casos*. Esses casos aos quais o autor se refere são os *casos semânticos*. O verbo, núcleo predicador, na estrutura básica da frase, estabelece determinadas relações com os sintagmas nominais a ele associados, que são os *casos*. Dependendo dos traços semânticos apresentados pelos *casos*, eles podem ser denominados *Agente, Benefactivo, Locativo*, etc.

A gramática de valências e a gramática de casos apresentam semelhanças quanto à centralidade do predicador (verbo), ou seja, a estrutura frásica é determinada pelo predicador, resultando na determinação de argumentos e na relação sintático-semântica dos argumentos com o predicador (Idem, p.114).

E. Benveniste desenvolveu uma outra linha de investigação lingüística que enfocava a língua como ‘ato social’, buscando a sua organização no nível do discurso. Com o mesmo interesse na língua como ato social, ainda se podem destacar J. Austin e a teoria dos atos de fala, Ducrot e a teoria das pressuposições lingüísticas (Meyer, 1991, p. 40).

O movimento funcionalista caracteriza-se por conceber a linguagem como atividade cooperativa entre falantes. A noção essencial é a de que a linguagem é um instrumento de comunicação e a questão básica de interesse do funcionalismo reside em investigar como a comunicação se realiza, isto é, como os usuários de uma determinada língua se comunicam com eficiência. O que é comunicado é o conteúdo, a natureza e o objetivo do evento de fala, e a fala é entendida como um modo de ação. É no uso que o sentido das palavras é construído. Em outras palavras, o funcionalismo se preocupa com a competência comunicativa. Por competência comunicativa entendo a “capacidade que os indivíduos têm não apenas de codificar e decodificar expressões, mas também de usar e interpretar essas expressões de uma maneira interacionalmente satisfatória.” A expressão *competência comunicativa* relaciona-se com Hymes, já mencionada na nota de rodapé número 1, página 17, desta dissertação (1974, *Apud* Neves, 2001, p.15).

Em suma, para que uma abordagem lingüística seja considerada funcionalista é necessário que sua prioridade seja a definição de língua como instrumento de comunicação. O funcionalismo enfatiza o caráter instrumental da linguagem, procurando analisar a estrutura gramatical dentro de toda uma situação comunicativa.

Na visão funcionalista, os estudos do uso da língua em situação real de comunicação enfatizam de forma especial o usuário, que passa a ser concebido como criador, autor, ator, transformador das estruturas e dos processos que se verificam na língua, o responsável pelos processos e formas da língua em toda a abordagem de uso.

O interesse de estudo passa a ser as propriedades cognitivas do usuário, em suas peculiaridades e restrições, que mostram como a língua opera em situação de interação. Para a teoria funcionalista, a linguagem é um instrumento de interação social empregado por seres humanos com o fim primário de estabelecer relações de comunicação entre interlocutores.

De acordo com Michael Halliday (1985), uma abordagem funcionalista de linguagem significa, em primeiro lugar, investigar como a língua é usada, ou seja, tentar descobrir a quais objetivos a língua serve, e como somos capazes de alcançar tais objetivos através da fala e da escuta, da leitura e da escrita.

Nas abordagens funcionais, as regras de gramática são concebidas sob a ótica dos objetivos comunicativos, e não como regras rígidas de aplicação. À teoria funcionalista interessa descrever os tipos de construções lingüísticas nas atividades de comunicação onde os níveis sintático, semântico e pragmático se interrelacionam. Por conceber a língua no seu uso, pragmaticamente, é que a análise funcional da língua compreende os aspectos intralingüísticos e extralingüísticos. Em suma, o funcionalismo defende uma perspectiva mais integrativa na qual todas as unidades da língua seriam compreendidas em termos de funções.

“It means seeking to explain the nature of language in functional terms: seeing whether language itself has been shaped by use, and if so, in what ways – how the form of language has been determined by the function it has evolved to serve...”
(*Apud Givón, 1995, p. 2*)⁴

Essa concepção de linguagem e as conseqüências dela advindas caracterizam de forma geral o FUNCIONALISMO, teoria esta que abriga correntes distintas. Porém, o que todas têm em comum é a convicção de que a estrutura dos enunciados é determinada pelo uso e pelo contexto comunicativo em que ocorrem.

⁴ Significa buscar explicar a natureza da linguagem em termos funcionais: ver se a língua em si foi moldada pelo uso, se positivo, de que maneiras – como a forma da língua é determinada pela função que ela foi desenvolvida para servir...

3.2

A gramática funcional

Pode-se definir gramática funcional como uma teoria que considera a competência comunicativa em suas análises da organização gramatical das línguas. Em outras palavras, a gramática funcional prioriza a capacidade que os falantes têm de codificar e decodificar expressões, de usar e interpretar essas expressões de forma interacional (Neves, 2001, p.15).

A finalidade da gramática funcional não é a investigação de peculiaridades ou idiossincrasias de um determinado enunciado de um falante específico em uma situação também específica, mas as regularidades das línguas visando a sistematicidade da atividade lingüística. O que está sob o foco de exame é a produção de sentido. A gramática funcional analisa a estrutura gramatical, assim como a situação comunicativa inteira, o objetivo do evento de fala, seus participantes, seu contexto discursivo. Em outras palavras, a gramática funcional visa a explicação fundada na situação comunicativa (Nichols, 1984, p.97).

Ao reconhecer que a linguagem serve ao propósito de estabelecer a interação verbal e social, reconhece também que a gramática das línguas sofre pressões decorrentes desse uso e que, portanto, ela deve levar em conta as escolhas que os falantes fazem quando estruturam seus enunciados – as noções ‘pragmáticas’. Essa visão integra a pragmática na gramática uma vez que relaciona padrões discursivos a padrões gramaticais.

Tendo como objetivo descrever como o falante distribui as informações na frase para obter a atenção do seu ouvinte na interação verbal, ou seja, o desempenho lingüístico do falante, a gramática funcional pretende chegar à estrutura da frase. O falante pode fazer alterações na ordem dessas informações para contribuir para a comunicação com o intuito de controlar a atenção do ouvinte. Em outras palavras, esse fluxo de informações está relacionado com a organização linear dos sintagmas nominais na frase. Estou falando do que na gramática funcional denomina-se ‘tópico e comentário’, ‘sujeito e predicado’, ‘informação dada e informação nova’, ‘tema’ e ‘rema’, etc. (Neves, 2001, p.32-34).

A concepção de que é a frase que organiza os acontecimentos da ‘realidade’ constituindo-se em um ato de interação vem confirmar o postulado de que a gramática é sensível às pressões do uso, ou seja, flexível, que se adapta continuamente para dar conta das restrições e das necessidades comunicativas a que serve (Idem, p.33). Nessa visão, as regras e os princípios da gramática são concebidos como tendências e não como regras rígidas de aplicação. Essa noção defende a variabilidade da língua no tempo, isto é, a concepção fundamental, no estudo do uso lingüístico, de que as línguas têm um caráter dinâmico.

Halliday (1994, p.xiii) entende a língua como um sistema de opções ou significados escolhidos pelo falante em uma rede onde ele seleciona as opções que deseja para o uso da língua no evento de interação social. Esse sistema de opções que o falante acessa constitui a gramática da língua. Essa seleção não é feita de forma aleatória mas de acordo com o contexto do evento de fala.

Para o autor, todas as línguas estão organizadas em torno de dois tipos de significado ou metafunções, que são as manifestações do uso dessas línguas: o ideacional (sentido cognitivo, nocional), que corresponde ao uso que o falante faz da língua para manifestar sua experiência do mundo real e do mundo interior. Nas palavras do autor nessa metafunção “a linguagem estrutura a experiência” que o falante tem desses mundos. A metafunção ideacional relaciona-se com o sistema de transitividade e está refletida na estrutura da frase nos papéis como os de *ator*, *meta*, etc.

A segunda metafunção é a interpessoal que serve para manter relações sociais. A essa metafunção está associado o sistema de modo (ou modalidade) onde são especificados os papéis de *sujeito*, *predicador*, etc. A metafunção denominada textual é a que estabelece coesão entre uma frase e outra, é a que dá encadeamento às frases, capacitando o falante a construir ‘textos’. Essa metafunção diz respeito ao sistema de *tema* e *informação*. Por ser a frase um ato de interação social é que ela é considerada a realização simultânea desses significados.

3.2.1

O funcionalismo de Michael A. K. Halliday *An Introduction to Functional Grammar* (1994)

Michael A. K. Halliday é considerado uma das principais expressões do movimento funcionalista. Foi influenciado pelo britânico John Rupert Firth que em suas obras enfocava ser o uso da linguagem aquilo que lhe confere o significado.

A teoria da gramática funcional de Halliday é uma teoria sistêmico-funcional. A teoria sistêmica é uma teoria de significados como escolha⁵, ou seja, a língua ou qualquer outro sistema semiótico, é interpretada como redes de opções que se relacionam. A gramática é o mecanismo lingüístico que liga uma escolha à outra realizando-a em uma forma estrutural unificada. A gramática organiza as opções em conjuntos dentro dos quais o falante faz seleções de acordo com o uso que deseja no momento do evento de fala.

Em sua gramática funcional, Halliday defende que a língua é um sistema de produção de sentidos, ou seja, um sistema semântico. Por sistema semântico entende-se o sistema total de significados de uma língua expresso pela gramática e pelo léxico, com outros sistemas para decodificar os significados que ela produz. A língua é entendida como o sistema de opções que o falante faz, no contexto das situações de fala, para comunicar-se. Esse sistema da língua é visto como uma rede de opções cujas funções controlam as operações de escolhas e arranjos.

In fact the meanings are encoded in ‘wordings’: grammatical sequences, or ‘syntagms’, consisting of items of both kinds – lexical items such as most verbs and nouns, grammatical items like *the* and *of* and *if*, as well as those of an in-between type such as prepositions (Halliday, 1994, p.xvii).⁶

Em outras palavras, a teoria lingüística por ele defendida se organiza através de dois tipos de alternativa: a ‘escolha’ (o paradigma), à qual poderíamos associar o

⁵ O termo escolha não implica escolha consciente, nem escolha livre, podendo variar de uma escolha subconsciente até a plena escolha consciente.

⁶ De fato, os sentidos são codificados em ‘palavras’: seqüências gramaticais, ou ‘sintagmas’, que consistem de itens de ambos os tipos – itens lexicais tais como a maior parte dos verbos e substantivos, itens gramaticais como *o* e *de* e *se*, assim como aqueles pertencentes a um tipo intermediário tais como as preposições.

plano das potencialidades, que é abstrato e profundo, e a ‘cadeia’ (o sintagma) para a qual poderíamos associar o plano das realizações. Nessa concepção de língua, a gramática é concebida como uma rede sistêmica⁷ constituída de dois tipos de categorias: os traços e as funções. O traço é uma categoria paradigmática e relaciona um item da língua com outros itens com os quais se assemelham. Esses traços significam significado formal e significado semântico. Já as funções são sintagmáticas. É nesse conjunto finito de traços que se dá a escolha, portanto, essa escolha é paradigmática, ou seja, é da ordem da língua no plano das potencialidades, no nível abstrato e profundo das relações paradigmáticas. O plano das realizações está relacionado com as unidades sintagmáticas e, conseqüentemente, com as funções (Neves, 2001, p.59-60).

Na visão funcionalista de Halliday, ‘função’ não se refere aos papéis que as classes de palavras desempenham dentro de estruturas maiores, mas refere-se ao papel que a linguagem desempenha na vida dos indivíduos, servindo a determinadas demandas. O termo ‘função’ tanto pode se referir ao propósito do uso, isto é, a intenção do falante, como ao papel ou efeito do uso.

[...] ‘function’ can be thought of as a synonym for the word ‘use’, so that when we talk about functions of language, we may mean no more than the way people use their language or their languages if they have more than one (Halliday & Hasan, 1989, p. 15).⁸

Halliday defende que a estrutura da língua deriva de sua função e chama atenção para as três metafunções (isto é, tipos de função) da linguagem chamadas: ideacional, interpessoal e textual. A frase é a realização simultânea dessas três metafunções.

A função ideacional é um componente do significado no sistema lingüístico. Em outras palavras, a linguagem serve à expressão do conteúdo, isto é, tem uma função ideacional, ou seja, significado cognitivo. É por meio dessa função que o falante e o ouvinte organizam e incorporam, ou seja, codificam na língua, sua

⁷ Uma rede sistêmica constitui um conjunto finito de traços.

⁸ [...] ‘função’ pode ser pensada como um sinônimo para a palavra ‘uso’, logo, quando falamos sobre funções da linguagem, podemos apenas significar a forma como as pessoas usam sua língua ou suas línguas se tiverem mais de uma.

experiência dos fenômenos do mundo, o que inclui o mundo interno da própria consciência, suas reações, cognições, percepções, assim como seus atos lingüísticos de falar e entender. A função ideacional é a função dos significados. Essa função liga-se ao sistema de *transitividade* e está associada na frase aos papéis de ator, meta, etc. Trata-se da frase como processo (Neves, 2001, p.60-61).

Quando o falante usa a linguagem como um meio de participar do evento de fala, ou seja, para se comunicar, faz uso da função interpessoal, pois ela é pessoal e interacional. Esta função constitui um componente da linguagem que serve, ao mesmo tempo, para organizar e expressar tanto o mundo interno como o mundo externo do indivíduo. É a função das relações humanas. Em outras palavras, a função interpessoal abrange os usos da língua para expressar relações sociais e pessoais, incluindo todas as formas de intervenção do falante na situação de fala e no ato de fala. Através dessa função, o falante interage com outras pessoas, expressando sua própria personalidade, suas atitudes e sentimentos.

Na frase, o elemento interpessoal é representado pelo sistema de modo e pelas modalidades, ou seja, a seleção pelo falante de um papel particular na situação de fala – o uso de frases declarativas, interrogativas, etc. Esse sistema especifica as funções de sujeito, predicador, complemento, etc. e codifica a troca. Trata-se da frase como ato de fala.

A linguagem contextualiza as unidades lingüísticas, fazendo-as operar no contexto e na situação de fala. Esta se torna possível porque o emissor pode produzir um texto, e o ouvinte ou leitor pode reconhecê-lo. O texto é a unidade operacional. A função textual não se limita tão somente ao estabelecimento de relações entre as frases, mas à organização interna da frase, ao seu significado como mensagem. A função textual é a função da informação e, na oração, refere-se à estruturação da informação, ou seja, diz respeito ao dado/novo e foco. A metafunção textual está associada ao sistema de tema (informação), a qual especifica as relações dentro do enunciado e entre o enunciado e a situação. Trata-se da mensagem.

Segundo Halliday, a gramática é, afinal, o mecanismo lingüístico que liga seleções significativas que derivam das várias funções da linguagem, e as realiza numa forma estrutural unificada. De acordo com o autor, a gramática organiza as

opções em alguns conjuntos dentro dos quais o falante faz seleções simultâneas, seja qual for o uso que esteja fazendo da língua.

A competência lingüística dos falantes é entendida, numa teoria funcionalista da linguagem, como a capacidade que os falantes têm não apenas de acionar a produtividade da língua (jogar com as restrições), mas também – e principalmente – de proceder a escolhas comunicativamente adequadas.

Na Introdução de *An introduction to functional Grammar* (1994, p.xiii), Halliday postula que sua gramática é funcional no sentido de que foi elaborada para dar conta de como a língua é usada.

Every text – that is, everything that is said or written – unfolds in some context of use; furthermore, it is the uses of language that, over tens of thousands of generations, have shaped the system (Idem, p. xiii).⁹

Para o autor, a linguagem se desenvolve para satisfazer as necessidades humanas e, nesse sentido, a gramática funcional é uma gramática ‘natural’ uma vez que tudo nela pode ser explicado com referência a como a língua é usada.

3.3

O sistema de transitividade

A teoria funcionalista de Halliday adota uma concepção diferente para *transitividade*.

Para Halliday, a frase é uma forma de representar padrões de experiência, ou seja, ela incorpora um princípio geral que modela a experiência. Em outras palavras, a frase dá ordem ao pensamento, à experiência, ao que Halliday denomina mundo ideacional. Na sua estrutura, a frase expressa um modo de ação, de fornecer ou solicitar produtos, serviços e informações, mas também é um modo de reflexão, de impor uma mudança a variações e fluxos de eventos.

Ao elaborar um enunciado lingüístico, do qual a frase é parte, o falante ou escritor ativa a função ideacional e, nesse momento, o que está em foco são as

⁹ Todo texto – isto é, tudo que é dito ou escrito – se desenvolve em algum contexto de uso; ademais, são os usos da linguagem que, há dezenas de milhares de gerações, formaram o sistema.

relações sintático-semânticas da frase para que ela represente a realidade. Como, ao interagir, o falante tem uma intenção no evento de fala que envolve um destinatário (ouvinte ou leitor), a função acionada é a interpessoal. Dessa forma, ao tentar organizar sua perspectiva de um determinado evento, o falante realiza mudanças na interpretação semântica das estruturas frásicas relativamente ao elemento central da frase, o verbo, estendendo as conseqüências aos elementos frásicos imediatamente à direita e à esquerda do verbo, o que acarreta diferença na análise e na interpretação dos elementos pertinentes.

Dependendo da intenção no momento do evento de fala, o falante seleciona, de acordo com sua perspectiva, um novo predicador (verbo) e os elementos frásicos que devem acompanhá-lo. Por exemplo, um predicador de ação seleciona um agente, que define um determinado esquema de estruturação sintático-semântica. (Neves, 2001, p.66-67)

Halliday define *transitividade* como um sistema que traduz esse mundo da experiência, ou seja, o mundo ideacional, em um conjunto viável de tipo de processo. Processo, neste sentido, agrupa ‘ação’ ou ‘fazer’, incluindo percepção e atribuição, ou ‘ser’, incluindo descrição e identificação. Transitividade é o conjunto de opções que diz respeito ao verbo, mais os papéis a ele associados, ou seja, esse conjunto engloba processos, participantes no processo e as circunstâncias desse processo. Os processos são centrais para a transitividade e são realizados pelos verbos.

Os conceitos de processo, participantes do processo (animados e não-animados) e circunstâncias são categorias semânticas que explicam da forma mais geral como os fenômenos do mundo real são representados em estruturas lingüísticas.

É nesse sentido que a transitividade é um sistema e diz respeito à gramática da frase em seu aspecto ideacional. O sistema de transitividade especifica os papéis dos elementos formadores da estrutura da frase, como ‘ator’, ‘meta’ etc., codificando a experiência do mundo.

O sistema de transitividade projeta traços na frase e sendo assim, estabelece relações paradigmáticas e sintagmáticas. Os verbos representam a potencialidade de estabelecer relações em cada um dos conjuntos de relações envolvidos. Então, a especificação de classe de qualquer verbo é, na realidade, uma especificação daqueles

traços das frases que determinam sua potencialidade de ocorrência. Todos os elementos que compõem a estrutura da frase estão relacionados pois fazem parte de uma rede de sistemas, onde cada elemento depende do outro, numa relação paradigmática e sintagmática.

3.4 A gramática de valências

A *Gramática de Valências*, desenvolvimento da gramática de dependências, tem como ponto de partida de sua análise a sintaxe e a semântica do verbo. Em outras palavras, a gramática de valências apresenta o verbo como o centro dinâmico da frase, tratando os elementos que dele dependem sob a ótica sintática e semântica, ou seja, seus pólos de análise são a sintaxe e a semântica.

Para a gramática de valências há uma relação de dependência entre os elementos constituintes da frase. Essa relação é também interpretada como uma relação de co-ocorrência, ou seja, a possibilidade de um elemento ocorrer depende de outro elemento e pressupõe a sua presença.

Já em 1781, J.W.Meiner postulava a centralidade do verbo na frase. Em 1959, Tesnière considera o verbo como o nó central da frase, o qual estabelece as relações de dependência que exprimem o processo. Atribuir ao verbo a posição central da estrutura frasal, implica dizer que há uma regência por parte do verbo que estabelece relações de dependência com os seus regentes. Essa rede de relações estabelecida pelo verbo com seus regentes é o que chamamos de *valência verbal*. Os regentes são, então, denominados os actantes do verbo.

Nas palavras de Borba (1966, p.19) “a valência vem a ser uma rede de dependências contraídas pelos actantes com relação ao verbo.” Essa dependência se estabelece, portanto, em nível sintático.

3.5

O conceito de valência

Segundo a gramática de valências, **valência** é a capacidade de determinados lexemas¹⁰ estabelecerem relações com outros lexemas por força de seu significado léxico. Em outras palavras, há lexemas que incluem em seu significado uma estrutura de relação e o termo que está contido na estrutura de outro termo é o *lugar vazio* ou *argumento*. Nesse sentido, a valência é entendida como uma rede de relações abstratas em torno de um determinado lexema (Vilela e Kock, 2001, p.36).

Com base nessa definição de valência, pode-se dizer que os complementos do verbo, por exemplo, “não são designados lexicalmente no próprio verbo, fora do seu uso na frase: são apenas apresentados como lugares vazios a ser preenchidos lexicalmente na frase.” Actantes são “as expressões que na frase correspondem aos lugares vazios dos lexemas”. A valência, portanto, se estabelece em nível lexical (Busse e Vilela, 1986, p.13-14).

Para a gramática de valências, o verbo tem função central na frase, ou seja, desempenha a função predicativa¹¹, determinando sintática e semanticamente a estrutura básica da frase. Nesse sentido, sua representação semântica é vazia. Em outras palavras, o verbo só é preenchido semanticamente na frase através da inserção das expressões actanciais, resultando em funções relacionais semânticas. É o verbo que determina o número e as propriedades morfo-sintáticas e semânticas dos actantes, que atualizam, na frase, esses lugares vazios.

É o verbo “que determina quais as possibilidades permitidas ou excluídas para cada um dos seus actantes” (Busse & Vilela, 1986, p.45). O verbo configura e representa uma classe de estados de coisas através de um quadro de lugares vazios. Os actantes estabelecem relações semânticas com o verbo. É o verbo que determina a classe semântica dos termos que preenchem seus lugares vazios.

A valência semântica compreende não só as restrições de seleção, isto é, o verbo determina a classe semântica dos termos que preencherão seus lugares vazios,

¹⁰ Chamo lexemas as palavras e também os grupos de palavras que são equivalentes a palavras (cf. Vilela e Kock, 2001, p.21).

¹¹ Para a Gramática de Valências, função predicativa é a função desempenhada pelos elementos da classe verbo que para essa gramática é o predicado - o centro da frase.

mas também as funções semânticas dos actantes, ou seja, os valores semântico-relacionais dos actantes em relação ao verbo.

A valência sintática trata do preenchimento obrigatório ou facultativo dos lugares vazios e determina as propriedades morfo-sintáticas dos actantes (Idem, p.88).